



ESTUDO
DE CASO

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NO FOCO DO TELEJORNALISMO

Análise quanti-qualitativa de reportagens
veiculadas no Jornal Nacional (TV Globo)

ESTUDO DE CASO

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA NO FOCO DO TELEJORNALISMO

Análise quanti-qualitativa de reportagens
veiculadas no Jornal Nacional (TV Globo)

Realização:



Apoio:



Climate and Land Use Alliance
Cultivating solutions for people and the planet

FICHA TÉCNICA

Supervisão Editorial

Veet Vivarta

Pesquisa e Redação

Diana Barbosa

Consultoria Técnica

Mauro Pires

Coordenação de Pesquisa

Diana Barbosa

Projeto Gráfico e Diagramação

Gisele Rodrigues

ANDI - Comunicação e Direitos

Presidente do Conselho Diretor

Cenise Monte Vicente

Vice-Presidente do Conselho Diretor

Márcio Ruiz Schiavo

Secretário Executivo

Veet Vivarta

SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318

70.394-901 - Brasília-DF

(61) 2102-6508

www.andi.org.br



ESTUDO DE CASO

O Desmatamento na Amazônia foi tema de um amplo projeto de análise de mídia realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos. O objetivo desse estudo foi identificar como as políticas de uso do solo e o desmatamento nessa região são tratados na imprensa brasileira. Entre as atividades definidas no projeto, destaca-se o monitoramento do jornalismo televisivo, especificamente do Jornal Nacional – principal noticiário da Rede Globo de Televisão e o de maior audiência do País. Os resultados de um ano de monitoramento (entre janeiro e dezembro de 2012) são apresentados a seguir.

1. A repercussão do desmatamento na Amazônia Dimensão da cobertura

Durante o acompanhamento do Jornal Nacional, identificou-se apenas 11 notícias com referência direta ao objeto de análise. Esse dado revela uma cobertura bastante inexpressiva, especialmente se considerada a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Brasil, conhecida como Rio + 20, e a votação do Novo Código Florestal durante o período de análise¹. Eventos que poderiam ter impulsionado o debate sobre o tema.

Nas 11 notícias avaliadas, o espaço concedido ao desmatamento na Amazônia foi considerado alto ou médio em 73% dos casos, o que equivale a oito matérias (quatro com dimensão alta e quatro com dimensão média). Esse dado revela um aspecto positivo. Quando o tema está presente no noticiário, ele não se limita a uma menção lateral, mas representa um elemento importante do conteúdo abordado. Vale notar, no entanto, que dos quatro casos em que a dimensão foi considerada alta, três repercutiam um episódio específico envolvendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério Público. Em julho de 2012 o Ministério Público entrou com uma ação na justiça contra o INCRA, sob a acusação de esse órgão ser o *maior desmatador da Amazônia* e responsável por 30% do desmatamento ilegal na região.

Duas notícias (18,2%) apresentaram o tema de forma absolutamente lateral, o que caracteriza uma dimensão mínima. Nesses casos, a classificação foi feita parcialmente, já que não havia conteúdo suficiente para uma análise mais aprofundada.

¹ A Conferência das Nações Unidas, Rio + 20, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 13 e 22 junho de 2012, com o objetivo de discutir questões de sustentabilidade. O evento teve um fórum específico de discussão sobre a Amazônia. Já o Código Florestal, Lei nº 12.651, foi aprovado em maio de 2012, sob um forte embate entre opositores e defensores das novas regras de preservação dos biomas brasileiros, com regras específicas para a Amazônia Legal.

Tabela 1 - Dimensão da discussão sobre desmatamento

Dimensão da discussão	%
Mínima	18,2
Mínima-Média	9,1
Média	36,4
Alta	36,4

Temas principal e transversal

As referências ao desmatamento na Amazônia foram identificadas em notícias cujos temas principais variam significativamente. Salvo pela concentração de 27,3% nas questões agrárias e fundiárias, referente aos três casos envolvendo o INCRA, há uma diversidade de aspectos aos quais o desmatamento é associado. As onze matérias analisadas se dividem em oito temas, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 2 - Tema principal da notícia

Tema principal	Nb. cit.	Freq.
Questões agrárias/ Fundiárias	3	27,30%
Desmatamento	2	18,20%
Agropecuária	1	9,10%
Desenvolvimento	1	9,10%
Meio Ambiente	1	9,10%
Políticas ambientais	1	9,10%
Política e Democracia	1	9,10%
Marco legal/código Florestal	1	9,10%
Total	11	100

Chama à atenção a ausência do tema Mudanças Climáticas, que no Brasil possui uma relação bastante estreita com o desmatamento/preservação da Amazônia. O mesmo estudo, realizado pela ANDI em 44 jornais impressos, revelou ser esse o tema principal mais frequente nesses veículos (11,8%)².

As implicações e a natureza econômica do desmatamento também são ausências importantes. Nesse caso, observa-se a reprodução de uma tendência já identificada nos impressos. Vale notar, que a Economia figura como tema transversal de uma das 11 matérias analisadas nos telejornais.

² Análise de Mídia Imprensa e Desmatamento na Amazônia. Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/Desmatamento_Amazonia2.pdf. Acesso em 31/01/2012

Tabela 3 - Tema transversal da notícia

Tema transversal	Nb. cit.	Freq.
Economia	1	9,1
Meio ambiente	1	9,1
Não possui tema transversal	9	81,8

Abrangência geográfica

A Amazônia apresentada no noticiário é totalmente brasileira. Ignora-se a sua extensão por outros sete países. Verifica-se, ademais, o predomínio de uma cobertura nacionalizada, voltada para questões territorialmente mais abrangentes que, no máximo, descem ao nível estadual. Não há registro de enfoques geográficos nos municípios:

- 45% das notícias (5 casos) se referem ao País como um todo;
- 27,3% (3 casos) enfocam uma ou mais unidades da Federação. Os estados mencionados são Mato Grosso, Pará e Roraima.
- 18,2% (2 casos) situam a Amazônia legal; e
- 9,1% (1 caso) engloba uma ou mais regiões.

2. Abordagens sobre o desmatamento na Amazônia

A partir desta seção, a leitura dos dados se debruçará sobre os aspectos qualitativos da cobertura. O enfoque institucional, os elementos de contexto, a menção a questões associadas ao desmatamento, às políticas públicas e aos marcos legais que regulam a atuação do Estado e da sociedade em relação à Amazônia são algumas das questões abordadas nas páginas seguintes.

As duas matérias de dimensão mínima não serão contabilizadas a partir deste ponto. O objetivo é evitar que conteúdos que se relacionam pouco com a problemática influenciem os resultados. Os dados apresentados a seguir se referem, portanto, a um universo de nove notícias.

Foco institucional

O foco institucional predominante é o do Poder Executivo. Em seis (66,7%), dos nove casos, o Executivo está no centro do debate, seja imprimindo a sua visão sobre o tema, seja anunciando iniciativas relacionadas a ele. Embora esse seja um resultado positivo, já que o protagonismo desse ator é fundamental para que se construa uma abordagem direcionada para as políticas públicas, o que se observa na prática é uma leitura mais superficial, que repercute ações específicas e não projetos consistentes de atuação do poder público.

Entre essas seis matérias, nenhuma menciona programas ou planos sistemáticos de atuação do Estado, em qualquer dos seus níveis (federal, estadual ou municipal). Em um, dos seis casos, há referência a um pacote de medidas de proteção ao meio ambiente. As medidas anunciadas pela ministra dessa pasta tratam da criação e da ampliação de áreas de preservação. Embora essa seja uma referência importante, que chama a atenção para a responsabilidade do Estado, a matéria não se refere às medidas como parte de um conjunto estruturado de ações capazes de constituir uma política pública propriamente dita.

Os outros cinco casos, ainda com foco no Executivo, se referem à atuação da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) no Combate

ao Desmatamento, à resposta do INCRA às acusações feitas pelo Ministério Público e aos vetos presidenciais à proposta do Novo Código Florestal.

Registra-se a ausência da sociedade civil, do setor privado e das agências de cooperação internacional na avaliação do foco institucional, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 4 - Foco institucional

Foco Perspectiva Institucional	Nb. cit.	Freq.
Do Poder Executivo	6	66,70%
Do Ministerio Publico	1	11,10%
Do Poder Judiciario	1	11,10%
Tematico (explora um tema sem associa-lo a individuos ou grupos especificos)	1	11,10%
Da Policia	0	0,00%
Das Empresas	0	0,00%
Das Instituicoes de ensino e pesquisa	0	0,00%
Das Organizações da Sociedade Civil	0	0,00%
Do Poder Legislativo	0	0,00%
Dos Organismos Internacionais (ex. Sistema ONU, FAO, PNUMA, outros)	0	0,00%
Governos estrangeiros	0	0,00%
Individualizado (caso pessoal)	0	0,00%
NFPI	0	0,00%
TOTAL OBS.	9	100%

Políticas Públicas e Legislação

A ausência das políticas públicas é sentida também no conjunto total de matérias. Quando considerados os nove casos em análise, há apenas um registro de programa específico, o Bolsa Floresta do Governo do Amazonas.

O aspecto institucional legal também não está presentes nesse noticiário. Há somente uma referência ao Novo Código Florestal e nenhuma ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), considerado o principal marco regulatório na área.

Infere-se, do que foi exposto acima, que a cobertura sobre o desmatamento na Amazônia no Jornal Nacional possui um nível de contextualização bastante baixo. Ignoram-se aspectos fundamentais para a sustentação do debate em torno do tema como os projetos sistemáticos de atuação do poder público e as leis que condicionam, incentivam e delimitam a atuação dos atores sociais.

3. Eixos de atuação

Embora o PPCDAm não tenha sido diretamente mencionado, os eixos que estruturam a implementação desse Plano serão utilizados nesse documento como recursos analíticos. Eles ajudarão a dimensionar o destaque conferido às áreas de atuação no combate ao desmatamento. O PPCDAm está dividido em três eixos: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, e fomento a atividades produtivas sustentáveis.

Monitoramento e controle

As matérias sobre monitoramento e controle são as mais frequentes. Elas ocupam 66,6% da cobertura (seis casos). Considerando isoladamente cada uma das atividades deste eixo, o controle se sobressai, com 55,6%, em relação ao monitoramento, que representa 22,2% do total de notícias.

Entre às ações de controle, destacam-se as fiscalizações promovidas pelos órgãos competentes, registradas em duas matérias (33,3%). Alternativas como o Cadastro Ambiental Rural, o embargo de áreas desmatadas ilegalmente, o monitoramento do desmatamento e as operações da Polícia Federal foram explicitadas apenas uma vez cada uma.

Ainda sobre esse eixo, uma matéria faz menção à redução da taxa de desmatamento e outra ao aumento do desmatamento provocado por queimadas. Em pronunciamento realizado no dia internacional do meio ambiente, o governo brasileiro anunciou o menor índice de desmatamento na Amazônia nos últimos 23 anos (notícia publicada no dia 05 de junho de 2012). Por outro lado, houve um aumento de quase 100% no número de focos de incêndio no Brasil em 2012. *Um dos principais motivos são as queimadas criminosas para expansão da agricultura*, conforme foi noticiado pelo jornal nacional no dia 08 de agosto de 2012. Vale notar que nos dois casos não havia referências às fontes dos dados.

Ordenamento territorial e fundiário

O ordenamento territorial foi considerado pelo noticiário em três matérias. Uma delas se refere um ato concreto, a criação de unidades de conservação. Outras duas chamam a atenção para a ausência de uma política eficiente de licenciamento ambiental.

Fomento a atividades produtivas sustentáveis

As iniciativas de fomento a atividades produtivas sustentáveis também se limitam a uma menção, referente ao Programa Bolsa Floresta. A ausência de políticas de fomento, bem como os entraves na implementação das já existentes não foram contempladas na cobertura.

Associa-se a esse último eixo o debate em torno das possibilidades de desenvolvimento sustentável, que também obteve uma abordagem absolutamente lateral. Ao avaliar as nove matérias sobre desmatamento na Amazônia, identificou-se apenas um caso no qual o alinhamento entre desenvolvimento e sustentabilidade esteve presente. A matéria repercute o discurso em que a presidente Dilma Rousseff defende o crescimento com respeito ao meio ambiente: *“crescer, distribuir renda e usufruir riqueza sem proteger o meio ambiente é o pior dos egoísmos. A crise não pode ser argumento para que se interrompam medidas de proteção ao meio ambiente.”*

4. O desmatamento em foco

De modo geral, o noticiário não conceitua o desmatamento. Em alguns poucos casos ele aparece como sinônimo ou como algo diretamente associado à exploração madeireira e às queimadas para plantio, conforme se observa na tabela abaixo. Por outro lado, a maior parte das matérias (66,7%) diferencia a prática ilegal da legal. Este resultado distingue positivamente a cobertura feita pelo Jornal Nacional da realizada pelos veículos impressos. Nesta, 76% das matérias não diferenciam o desmatamento legal do ilegal.

Tabela 5 - Definição desmatamento

Definição desmatamento	Nb. cit.	Fréq.
Exploração madeireira	2	22,20%
Queimadas	1	11,10%
Degradação florestal	0	0,00%
Corte raso	0	0,00%
Outros	0	0,00%
A matéria não define desmatamento	7	77,80%
TOTAL OBS.	9	

Foco central da abordagem sobre desmatamento

Quando se fala em desmatamento, os assentamentos utilizados no processo de colonização e reforma agrária se destacam como temática central. Nota-se, mais uma vez, o peso das três notícias que responsabilizam o INCRA por parte considerável das áreas desmatadas no estado do Pará. Em meio a uma cobertura tão pouco expressiva, a repercussão de um fato isolado acaba influenciando sobremaneira os resultados da investigação.

A lista de temas ausentes é bastante extensa: agronegócio, clima/mudanças climáticas, biodiversidade, licenciamento, entre outros. Embora seja possível notar

a presença de algum direcionamento editorial na repercussão do episódio envolvendo o INCRA, essas ausências parecem resultar muito mais do não agendamento da problemática em si.

Tabela 6 - Foco central da abordagem sobre desmatamento

Temática desmatamento	Nb. cit.	Fréq.
Assentamentos	3	33,30%
Controle/ Fiscalização do desmatamento	2	22,20%
Código Florestal	1	11,10%
Monitoramento/ Estatísticas de desmatamento	1	11,10%
Queimadas	1	11,10%
Uso sustentável da floresta	1	11,10%

Ainda que os aspectos relacionados atividade econômica não apareçam como foco central, não se pode acusar essa cobertura de negligenciá-lo totalmente. Conforme já foi dito, a exploração madeireira é associada à prática do desmatamento em duas notícias e as queimadas para agricultura em uma. É notável, no entanto, invisibilidade de outras atividades econômicas com o mesmo impacto sobre a preservação da Amazônia como a pecuária, a mineração, a extração de carvão vegetal, o extrativismo e o garimpo.

5. Causas, impactos, soluções e responsabilidades

Causas

Muitos vetores podem ser apontados como causas do desmatamento na Amazônia – estradas e obras de infraestrutura, especulação fundiária, pecuária, agricultura, exploração madeireira, assentamento em áreas de floresta, entre outros. Alguns destes vetores estão presentes na cobertura realizada pelo Jornal Nacional, que tem como aspecto positivo o alto índice de menção as causas do problema abordado, 55,5%. Este resultado é superior ao observado nos jornais impressos no mesmo ano (2012), que foi de 39,6%. Entre as causas mencionadas estão:

- A exploração madeireira – *no meio da floresta, um caminhão abarrotado de madeira extraída ilegalmente;*
- A agricultura – *um dos principais motivos são as queimadas criminosas para a expansão da agricultura; e*
- Os assentamentos para reforma agrária – *em 2005 o desmate nos projetos de reforma agrária representava um quinto do desmatamento total na Floresta Amazônica. Em 2011, a proporção aumentou para quase um terço.*

Embora a referência constante às causas possa ser comemorada, deve se levar em conta, mais uma vez, os desvios ocasionados pela presença de três matérias que repercutem o episódio de desmatamento realizado em assentamentos do INCRA. Essas notícias representam 60% daquelas que mencionam causas. Percebe-se, desse modo, que o bom desempenho desse indicador resulta muito mais da exposição “ostensiva” de um fato específico do que uma proposta de discussão sobre as causas do problema. A atuação da agroindústria, por exemplo, passa praticamente despercebido.

Impactos

Os impactos do desmatamento ao meio ambiente são considerados em apenas uma das nove matérias analisadas (11%). Trata-se da notícia veiculada no dia 16 de junho,

na qual há uma discussão bastante contextualizada sobre os *serviços prestados pela natureza*. No texto, não se aborda exatamente o impacto do desmatamento, mas os benefícios trazidos pela preservação da Floresta. Destaca-se a absorção dos CO₂, um gás de efeito estufa; a produção de chuvas; e a proteção das nascentes e mananciais. Argumenta-se que esses benefícios ficam comprometidos na medida em que a floresta é degradada.

Não há registro da menção a populações consideradas mais vulneráveis como povos indígenas, comunidades quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, babaçueiros e outras populações tradicionais. A invisibilidade destes grupos reforça a fragilidade da cobertura no tocante às consequências do desmatamento.

Outras limitações importantes

- Dissociação entre o desmatamento do ecossistema amazônico e aspectos mais gerais de produção e consumo. Nenhuma menção foi registrada neste item;
- Ausência de propostas de combate e de soluções para o problema. Também com registro zero no noticiário;
- Invisibilidade da iniciativa privada. A participação deste setor, seja como propulsor do desmatamento seja como corresponsável pelas soluções, é ignorada pela cobertura. Não há menção à responsabilidade empresarial, a projetos da iniciativa privada ou a compromissos assumidos.

6. Atores de referência para a imprensa

Fontes ouvidas

O governo federal e seus órgãos são as fontes de informação mais consultadas, marcando presença em 78% do material analisado (correspondente a 7 notícias). O INCRA, o Ministério Público e o Ministério do Meio Ambiente se destacam com dois casos cada um.

A concentração das fontes no Executivo Federal é um reflexo das características da cobertura realizada pelo Jornal Nacional. Conforme foi exposto acima, as questões de abrangência nacional predominam em relação às especificidades locais. Além disso, o foco institucional está marcadamente no Poder Executivo, o que justifica o maior lugar de fala concedido a ele.

O aspecto negativo está na falta de interlocução com o setor privado e com a sociedade civil, dois atores sem qualquer representação entre as fontes ouvidas.

Tabela 7 - Fontes ouvidas

Fontes ouvidas I	Nb. cit.	Fréq.
Ministerio Publico	2	22,22%
INCRA	2	22,22%
Ministerio do Meio Ambiente	2	22,22%
Ministerio da Agricultura Pecuaria e Abastecimento	1	11,11%
IBAMA	1	11,11%
ICMBio	1	11,11%
Executivo Federal	1	11,11%
Judiciario	1	11,11%
Cidadaos comuns	1	11,11%
Especialistas/Tecnicos	1	11,11%
Nao foi possivel identificar as fontes consultadas	1	11,11%

Grupos mencionados

Outra maneira de avaliar a presença de atores estratégicos para a agenda do desmatamento é a mensuração do número de matérias em que eles são citados (independentemente da sua condição de fonte de informação). Abaixo, a relação dos atores e o número de notícias em que eles são mencionados.

- Ibama - 4
- Ministério do Meio Ambiente - 2
- Ministério da Agricultura e Pecuária - 1
- ICMBio - 1
- Outros órgãos do Poder Executivo - 5 (aqui se incluem 3 menções ao INCRA)
- Ministério Público - 3
- Judiciários - 1
- Legislativo - 1
- Governo estadual - 1
- OSC vinculadas a causas ambientais - 3
- Médio e grandes produtores - 2
- Setor privado - 1

O Executivo Federal está presente em 8 das 9 notícias analisada (89%), o setor privado (incluindo os médios e grandes produtores) em 3 (33%), mesmo número alcançado pelas organizações de sociedade civil. Quando mencionado, o setor privado é cobrado/responsabilizado pelo desmatamento. Já os órgãos do Executivo tendem a ser mais ouvidos do que cobrados/responsabilizados, a exceção é o INCRA, cujo caso já foi discutido acima.

7. Inclusão da Pauta

O monitoramento realizado pela ANDI revela uma cobertura totalmente reativa a ações do Poder Público. Das 11 matérias analisadas (considerando aquelas com dimensão mínima):

- 3 se referem à denúncia feita pelo Ministério Público contra o INCRA;
- 3 se referem ao posicionamento da Presidente da República em relação à votação da proposta do Novo Código Florestal ou em relação a medidas na área ambiental; e
- 2 se referem a ações da Polícia Federal.

Em 3 casos (27%) o agendamento não reflete uma ação específica do governo. Em dois deles o desmatamento na Amazônia é abordado de forma quase indireta, dentro de um contexto mais abrangente sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

A análise dos resultados leva a conclusão de que a imprensa televisiva tem muito a avançar no tratamento de um problema tão sensível a sociedade, com impactos cada vez mais visíveis nas diversas esferas de convívio humano. Antes de qualquer coisa, é preciso impulsionar a cobertura e incluir o tema na agenda dos telejornais, que possuem um alcance e um poder de sensibilização social ainda maior que os veículos impressos. Um segundo passo é promover a diversificação do debate, oferecer espaço de fala a atores e interesses distintos.

Por fim, mesmo respeitando as características próprias da comunicação televisiva, mais compacta e imediata, é preciso fundamentar a discussão. Os subsídios para essa fundamentação podem ser oferecidos por meio da menção a dados estatísticos, estudos acadêmicos, políticas públicas, legislação, entre tantas outras possibilidades de contextualização.

ANDI - Comunicação e Direitos
www.andi.org.br

CLUA - Climate and Land Use Alliance
www.climateandlandusealliance.org